



RELATÓRIO E CONTAS 2014



Mafra, 13 de Março de 2015

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.^a Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.^a Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

- 1. Relatório de Gestão**
- 2. Balanço**
- 3. Demonstração de Resultados**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Anexo às Demonstrações Financeiras**
- 6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**
- 7. Certificação Legal das Contas**
- 8. Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Senhores Accionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2014.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à actividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspectos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2014, demonstrou capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu accionista. Neste sentido, a implementação de fortes medidas de optimização operacional foram fundamentais, para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

A reorganização dos meios operacionais, o ajuste na equipa de colaboradores, o reforço na negociação das condições dos contratos existentes com fornecedores e prestadores de serviços e ainda uma maior taxa de utilização das estruturas geradoras de receita, é que permitiu inverter e apresentar resultados que garantem uma maior sustentabilidade e autonomia para a sociedade.

Foi nesta envolvente, que atingiu um Volume de Negócios de 3.968.680,02€ (Três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta euros e dois cêntimos), uma redução do Passivo em 591.985,00€ (Quinhentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e cinco euros) e uma margem de EBITDA de 17,9%.



2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.



2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Actividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vectores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

- Divulgar o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infra-estrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objectivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infra-estruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 utentes
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação directa entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a actividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

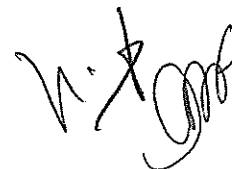
NACIONALIDADE	2014		2013		%	
	Totais		Totais		Totais	
	Utentes	Noites	Utentes	Noites	Utentes	Noites
PORTUGUESA	12793	50119	13979	48265	-15,86%	6,45%
Total Portugueses	12793	50119	13979	48265	-15,86%	6,45%
ALEMÃ	1130	3473	997	3010	13,34%	15,38%
AUSTRALIANA	132	410	102	218	29,41%	88,07%
AUSTRIACA	132	410	153	500	-13,73%	-18%
BELGA	164	431	164	431	-12%	-25%
ESPAÑHOLA	1206	3460	1037	2891	16,30%	19,68%
FRANCESA	2393	6263	1765	4269	35,58%	46,71%
PAISES BAIXOS	303	840	315	972	-3,81%	-13,58%
ITALIANA	202	511	271	666	-25,46%	-23,27%
OUTRAS	652	1724	660	1850	-1,21%	-6,81%
REINO UNIDO	253	643	228	625	10,96%	2,88%
BELGA	190	556	146	431	30,14%	29,00%
SUIÇA	227	572	186	481	22,04%	18,92%
Total Estrangeiros	6820	18862	5860	15913	16,38%	18,53%

Poder-se-á concluir, através da análise do mapa, que embora o número de utentes nacionais tenha sofrido uma redução de 15,86% o número de utentes estrangeiros aumentou em 16,38%. Verifica-se também que o número médio de noites de permanência aumentou 6,45% nos nacionais e 18,53% nos estrangeiros. Estes dados, evidenciam que efectivamente, os utentes nacionais apesar de serem em menor número, tem preferido um maior número de noites, demonstrando a preferência e a confiança nos serviços disponibilizados. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se uma vez mais a uma maior procura do mercado interno face ao mercado externo, representando o primeiro, mais de 70% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 30% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais selectivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2014 a seguinte:

Utentes	2014	2013	Diferença	%
Campismo Eventual	337.412,74	262.622,84	74.789,90	28%
Bungalows	146.108,17	146.044,97	63,20	0%
Contratos Caravanas	422.779,55	435.009,29	-12.229,74	-3%
Contratos M. Homes	73.854,99	74.215,20	-360,21	0%
Teepees	13.137,53	14.755,72	-1.618,19	-11%
Electricidade	32.837,54	13.347,52	19.490,02	146%
Espaços Verdes	3.135,38	3.477,00	-341,62	-10%
Água	2.289,39	1.895,97	393,42	21%
Rendas	109.352,50	126.780,00	-17.427,50	-14%
Máquina de Café	7.291,94	5.703,19	1.588,75	28%
Lavagem Roupa	2.234,36	2.308,57	-74,21	-3%
Adaptadores	1.403,00	1.500,60	-97,60	-7%
Máquinas de Jogos	1.688,01	1.057,59	630,42	60%
	1.153.525,10	1.088.718,46	64.806,64	2,35%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2014 o volume das receitas sofreu um acréscimo de 2,35%, resultante do aumento do número de noites, provavelmente por uma maior notoriedade que os turistas vêm no Concelho de Mafra e na zona da Ericeira, apesar de uma maior oferta de camas (devido ao aparecimento dos Hostels) e ao delicado momento económico nacional e europeu.



Eventos

No capítulo das actividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Destacamos:

- O **VI SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional.
Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas.
De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.
- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, Liga **Meo/TMN Pró Surf, Campeonato Universitário de Surf e o Mundial de Juniores de Surf**. De salientar, que neste último, que é o terceiro maior evento de surf do mundo e que teve como palco a bela Praia de Ribeira d'Ilhas, foi um português que se classificou em primeiro lugar, tornando-se no melhor surfista mundial da Categoria Sub-21.
Acrescentar, que o mesmo foi considerado um sucesso total, quer em termos organizativos, quer em termos de comportamento do público participante.
- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, na Bolsa de Turismo de Lisboa.
- **IV Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de divulgar o Pão de Mafra e o artesanato local.
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no "jogo da bola" e na foz do Lizandro. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de animar as noites de verão da Vila.
- **Mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada"** em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.

- **Animação de Natal** com a instalação de Stands Rústicos no centro da vila, com o objectivo de fomentar o comércio local, de promover o artesanato e os produtos agrícolas do nosso concelho.

2.2 Actividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta actividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização colectiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à recepção de materiais asfálticos para reciclagem aproveitando uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

O Plano de Actividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2014	Euros
Estradas e Caminhos das Freguesias – Conservação Corrente por Contrato	1.300.000,00
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	15.000,00
Sinalização e Trânsito	40.000,00
Iluminação em Diversas Localidades	15.000,00
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	200.000,00
Diversos Estudos e Projectos	15.000,00
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas	15.000,00
Arruamentos em diversas povoações	500.000,00
Espaços Verdes Jardins	100.000,00
Infraestruturas Diversas	300.000,00
Trabalhos para Terceiros	200.000,00
	2.700.000,00
Venda de Massas Asfálticas	96.000,00
Recepção e Venda de Reciclados	6.000,00
	102.000,00

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2014		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	1.531.332,04	70,24%
Trabalho de Reparação de Praias provenientes pelas Intempéries	20.985,40	0,84%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	26.767,28	1,07%
Sinalização e Transito		
Iluminação em Diversas Localidades	19.526,01	0,78%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Aguas e Reservatórios	143.261,17	5,71%
Diversos Estudos e Projectos		
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	121.020,33	4,82%
Arruamentos em diversas povoações	253.134,72	0,88%
Espaços Verdes Jardins	12.489,19	0,50%
Infraestruturas Diversas	369.393,81	14,72%
Trabalhos para Terceiros	11.176,80	0,45%
	2.509.586,75	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	318.720,74
Recepção e Venda de Reciclados	3.946,80
	322.667,54

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

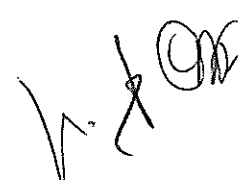
INDICADORES	Rácio	2014	2013
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	86,38%	92,70%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	97,37%	90,31%
Solvabilidade	Activo Liquido / Passivo	173,51%	159,19%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Liquido Total	42,37%	37,18%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	12,68%	11,98%

Volume de Negócios	3.968.680,02€	4.173.821,51€
Resultado Líquido	71.172,92€	17.748,01€
Cash-Flow Operacional	708.650,41€	926.422,61€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 572.088,00€ e do Passivo em 591.985,00€.

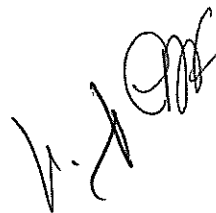
5. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	322.667,54	7,43%
Prestação de Serviços	3.646.012,48	83,99%
Outros Rendimentos e Ganhos	372.252,55	8,58%
Total dos Rendimentos	4.340.932,57	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	660.813,58	15,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.894.409,11	44,52%
Custos com o Pessoal	934.390,81	21,96%
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	217.388,69	5,11%
Imparidade de Dívidas a Receber	14.560,78	0,34%
Depreciações e Amortizações	533.909,50	12,55%
Total dos Gastos	4.255.472,47	100,00%

**4. INVESTIMENTOS REALIZADOS**

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2014, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções		
Equipamento Básico	51.329,21	581,25
Equipamento Transporte	26.000,00	
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo	10.040,23	
Outras Imobilizações Corpóreas		
	87.369,44	581,25
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00	
	0,00	0,00
	87.369,44	581,25



6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projecções para a economia portuguesa, apontam para uma gradual recuperação da actividade em 2015 e 2016, suportada maioritariamente pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, (a taxa de desemprego tem vindo a descer, ou seja, enquanto que em 2013 era de 16,20% em 2014 já foi de 13,60%), que provavelmente permitirá a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correcção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar os riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajectória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de factores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, torna-se fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à actividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Actividades e Orçamento para 2015, foram estimados numa perspectiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2014, resultados positivos de 71.172,92€ (Setenta e um mil, cento e setenta e dois euros e noventa e dois cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados.....71.172,92€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da actividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Accionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 13 de Março de 2015

O Presidente do Conselho de Administração

Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	21	2.569.899,73 €	2.814.474,06 €
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	18	8.817.417,77 €	9.012.307,67 €
Activos biológicos			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		11.387.317,50 €	11.826.781,73 €
Activo corrente			
Inventários	21	29.878,50 €	45.198,05 €
Activos biológicos			
Clientes	22	1.232.766,57 €	1.327.434,02 €
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	23	171.599,14 €	65.403,72 €
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	20	167.408,75 €	310.088,09 €
Diferimentos	19	38.229,57 €	47.690,69 €
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	24	261.198,24 €	206.361,43 €
		1.901.080,77 €	2.002.176,00 €
TOTAL DO ACTIVO		13.288.398,27 €	13.828.957,73 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	25	900.000,00 €	900.000,00 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	26	356.800,25 €	356.800,25 €
Outras reservas	27	425.027,06 €	425.027,06 €
Resultados transitados	29	3.800.917,31 €	3.783.169,30 €
Ajustamento em activos financeiros	28	-6.925,00 €	-6.925,00 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		82.927,31 €	102.675,02 €
Resultado líquido do período		71.172,92 €	17.748,01 €
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5.629.919,85 €	5.578.494,64 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidade por beneficios pós-emprego	33	5.857.688,71 €	6.256.937,84 €
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		5.857.688,71 €	6.256.937,84 €
Passivo corrente			
Fornecedores	32	848.357,94 €	793.269,46 €
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	30	43.935,56 €	58.829,65 €
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	33	100.000,00 €	272.839,26 €
Outras contas a pagar	31	198.950,21 €	228.407,88 €
Diferimentos	19	609.546,00 €	640.179,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos correntes detidos para venda			
		1.800.789,71 €	1.993.525,25 €
TOTAL DO PASSIVO		7.658.478,42 €	8.250.463,09 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.288.398,27 €	13.828.957,73 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159

NIF 219737428

Membro nº 67159

3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

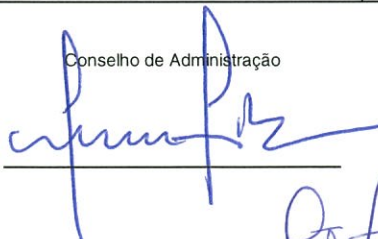
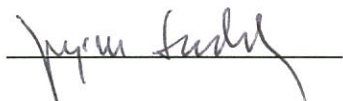
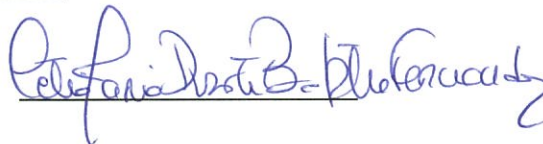
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e Serviços Prestados	6	3.968.680,02 €	4.173.821,51 €
Subsídios à exploração	12	97.936,45 €	96.445,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-660.813,58 €	-428.996,93 €
Fornecimento e serviços externos	8	-1.894.409,11 €	-1.871.102,56 €
Gastos com o pessoal	9	-934.390,81 €	-1.157.750,28 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	94.885,39 €	6.973,13 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	11	164.495,08 €	192.049,94 €
Outros gastos e perdas	13	-32.847,64 €	-78.044,07 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		803.535,80 €	933.395,74 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-533.909,50 €	-624.000,70 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		269.626,30 €	309.395,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	374,85 €	268,32 €
Juros e gastos similares suportados	16	-184.541,05 €	-266.047,50 €
Resultados antes de impostos		85.460,10 €	43.615,86 €
Imposto sobre o rendimento do período		-14.287,18 €	-25.867,85 €
Resultado líquido do período		71.172,92 €	17.748,01 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159



Nº 219737428

Metadados 67159



A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized letters and a long horizontal stroke.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas			2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:				
Recebimento de clientes		+	5.465.375,01 €	5.602.784,10 €
Pagamentos a fornecedores		-	-3.038.708,94 €	-2.977.322,21 €
Pagamentos ao pessoal		-	-583.585,61 €	-605.328,23 €
Caixa gerada pelas operações		+/-	1.843.080,46 €	2.020.133,66 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-19.224,11 €	-30.804,78 €
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	-499.101,91 €	-735.706,03 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	+/-	1.324.754,44 €	1.253.622,85 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	-13.869,44 €	-45.899,42 €
Activos intangíveis		-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros		-	0,00 €	0,00 €
Outros activos		-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	581,25 €	91.896,59 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+	0,00 €	0,00 €
Outros activos		+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento		+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		+	0,00 €	0,00 €
Dividendos		+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	+/-	-13.288,19 €	45.997,17 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos		+	500.000,00 €	2.350.000,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos		+	0,00 €	0,00 €
Doações		+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos		-	-1.756.629,44 €	-4.012.536,09 €
Juros e gastos similares		-		
Dividendos		-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]		-1.256.629,44 €	-1.662.536,09 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]		54.836,81 €	-362.916,07 €
Efeitos das diferenças de câmbio		+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	206.361,43 €	569.277,50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	261.198,24 €	206.361,43 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159

Nº 219737428

67159

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2014

(Montantes expressos em euros)



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. **Denominação Social:** GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1.2. **Sede:** Av. Francisco Sá Carneiro – NEM 2640 - 486 Mafra

1.3. **Natureza da atividade:** Parques de Campismo e de Caravanismo, Construção de Outras Obras de Engenharia Civil, Atividades de Serviços de Apoio à Educação e outras Atividades Desportivas.

1.4. **N.º de Identificação Colectiva:** 506 874 915

1.5. **Capital Social:** 900.000,00€ (Novecentos mil euros)



1.6. **Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 3/20040907

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

O objecto social da sociedade consiste no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;

- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Maфра que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respectivas infraestruturas, no Município de Maфра.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):



3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.



3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume

concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2014, consiste, na informação da sociedade "GIATUL EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2013
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	(2.068.303,07)

As Contas de 2014 ainda não foram disponibilizadas na presente data.

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído. O actual Conselho de Administração continua a promover diligências para encontrar soluções que possam promover uma maior sustentabilidade da empresa e simultaneamente responder às expectativas de todas as entidades envolvidas neste processo, apesar das dificuldades conhecidas, do actual momento económico nacional.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.



A 31/12/2013 apresentava Capitais Próprios negativos em 13.082.878,53 €.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

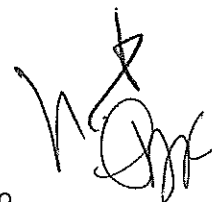


A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.



Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços



O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma

a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Instituto do Turismo de Portugal, referentes a eventos ocorridos em 2014 assim como referentes a um contrato de estágio com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

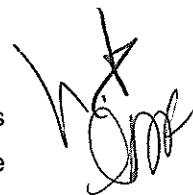
Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.



A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.



Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.



Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).



Clientes e outras contas a receber

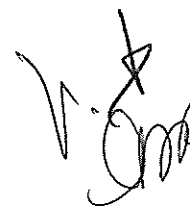
Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o

devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.



Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado,

já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.



Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.



Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos

os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

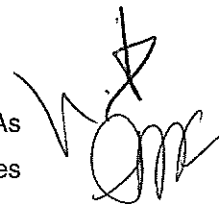
(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: As propriedades de investimento mensurados

pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.



b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.



5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2014	2013
Vendas de produtos acabados	322.667,54	123.477,71
Prestação de Serviços - Contratos de Construção	3.646.012,48	4.050.343,90
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	3.968.680,02	4.173.821,51

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2014	2013
Existências Iniciais	45.198,05	55.028,25
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	645.494,03	439.790,22
Existências Finais	29.878,50	45.198,05
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	660.813,58	449.620,42

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2014	2013
Subcontratos	1.072.479,10	1.078.586,80
Trabalhos especializados	185.201,03	164.432,12
Publicidade e propaganda	22.537,81	3.085,63
Vigilância e segurança	70.649,61	98.361,51
Honorários	3.220,10	35,00
Comissões	843,75	3.426,42
Conservação e reparação	74.898,82	47.951,16
Serviços Bancários	29.178,43	48.451,68
Outros Serviços	60,00	45,00
Ferramentas e Utensílios	19.366,71	6.966,42
Livros e documentação técnica	1.022,92	636,32
Material de escritório	5.237,68	5.534,42
Artigos para oferta	0,00	175,00
Electricidade	91.172,91	105.335,00
Combustíveis	168.666,66	136.472,40
Água	24.521,30	33.083,22
Lubrificantes	2.567,83	539,07
Deslocações e estadas	4.398,42	3.851,95
Rendas a alugueres	48.371,47	59.305,73
Comunicação	15.793,98	17.624,47
Seguros	27.200,80	25.520,86
Contencioso e notariado	0,00	1.285,37
Despesas de representação	69,30	4.697,93
Limpeza, higiene e conforto	26.950,48	25.646,90
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	1.894.409,11	1.871.102,56

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	721.466,55	863.450,10
Encargos sobre remunerações para a segurança social	158.048,01	186.710,55
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.617,61	12.431,09
Indemnizações e acordos de rescisão	5.347,92	60.000,00
Outros gastos com o pessoal	29.910,72	35.158,54
Gastos com pessoal na DRN SNC	934.390,81	1.157.750,28

O número médio de funcionários em 2014 foi de 58, sendo 9 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aumentos de ajustamentos de valor em outros devedores	0,00	0,00
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	14.560,78	38.632,73
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	14.560,78	38.632,73

Os ajustamentos para Clientes foram feitos tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos em Inventários		232,00
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	110.137,76	113.950,97
Correções imputáveis a períodos anteriores	151,52	23.728,78
Imputação de Subsídios para investimento	19.747,71	19.747,71
Outros não especificados	34.458,89	34.390,48
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	164.495,08	192.049,94

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2014.

12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subsídios à exploração	97.936,45	96.445,00
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	97.936,45	96.445,00

Na rubrica de Subsídios à Exploração foram reconhecidos rendimentos referentes ao contrato celebrado em 2014 entre a Giatul e o Instituto do Turismo de Portugal. Esta última concedeu um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 96.445,00 para implementação do plano de "Promoção e Animação Turística do Município de Mafra para 2014", conforme se discrimina:

Eventos 2014	2014	2013
1. Participação em feiras - BTL 2014 e FIA 2014	80.000,00	90.000,00
2. Material de informação e divulgação turística	10.000,00	1.445,00
3. Ericeira - Reserva Mundial de Surf	6.445,00	5.000,00
Soma	96.445,00	96.445,00

Neste exercício, o valor previsto do Instituto do Turismo de Portugal foi totalmente recebido.

Nesta rubrica de Subsídios à Exploração também foram reconhecidos rendimentos no valor de 1.491,45 referentes a um contrato de estágio com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objectivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

13. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de Outros Ganhos e Perdas dos exercícios:

	2014	2013
Impostos indirectos	20.354,68	17.177,18
Impostos directos	1.333,95	781,81
Correcções de Exercícios Anteriores	3.876,16	51.048,82
Taxas	6.205,77	6.506,33
Multas e penalidades	495,73	2.055,62
Outros gastos e perdas	581,35	474,31
Outros gastos e perdas na DRN SNC	32.847,64	78.044,07

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2014	2013
Amortizações de activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	23.518,42	32.149,33
Equipamento básico	288.411,73	362.352,58
Equipamento de transporte	16.304,17	25.267,65
Equipamento administrativo	3.680,18	1.563,28
Outros activos fixos tangíveis	1.994,96	2.667,82
Propriedade Industrial	200.000,04	200.000,04
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC:	533.909,50	624.000,70

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros obtidos de depósitos	374,85	268,32
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	374,85	268,32

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros contraídos com empréstimos bancários	183.377,71	259.723,88
Juros contraídos em locações financeiras	1.157,70	3.014,57
Juros de mora e compensatórios em impostos	5,64	1.632,87
Outros gastos financeiros	0,00	1.676,18
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	184.541,05	266.047,50

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21				420.691,21
Edifícios e outras construções	485.780,74				485.780,74
Equipamento básico	6.015.941,99	51.338,65	- 581,25		6.066.866,89
Equipamento de transporte	376.871,60	26.000,00			402.871,60
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	84.886,50	11.996,48			96.882,98
Outros activos fixos tangíveis	73.068,99				73.068,99
Depreciações acumuladas	-4.976.095,18		-167,50		-4.976.262,68
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				0,00
Total	2.481.145,85	89.335,13	-581,25		2.569.899,73

Totais das variações do ano sem depreciações

<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>
89.335,13	581,25

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Póvoa de Cima”, localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Activos Intangíveis					
Goodwill	0,00				
Projectos de desenvolvimento	0,00				
Programas de computador	0,00				
Propriedade industrial	10.912.307,80				10.912.307,80
Outros activos intangíveis	5.110,14				5.110,14
Amortizações acumuladas	-1.900.000,13	-200.000,04			-2.100.000,17
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	9.017.417,81	-200.000,04	0,00		8.817.417,77

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 372,88	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956,08	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619,09	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462,17	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732,28	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801,30	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283,08	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 108,52	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317,44	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381,20	50 anos Direitos Superf
Dir superf terreno Abrunheira	31/12/2008	138 273,76	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.899. 999,83	Cessão Exploração
Base dados de Imagens Concelho de Mafra - Marca M		5.110,14	
Soma		8.817.417,77	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes, estão suportados por uma avaliação independente realizada em Dezembro de 2014.

19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2014	2013
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	33.850,29	38.686,05
Gastos a Reconhecer	4.379,28	9.004,64
Outras contas a pagar no balanço SNC	38.229,57	47.690,69

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2014	2013
Rendimentos a Reconhecer (Proveitos Diferidos)	609.546,00	640.179,00

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2014	2013
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	167.408,75	61.170,91
Outros devedores	0,00	249.177,92
Outras contas a receber no balanço SNC	167.408,75	310.088,09

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 28.317,00 Euros de valores facturados em 2015 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2014.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2014	2013
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29.878,50	45.198,05
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	29.878,50	45.198,05

22. CLIENTES

SalDOS da Conta Clientes nos exercícios:

	2014	2013
Clientes C/C - Mercado Nacional	438.391,57	182.934,02
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00	17.000,00
Clientes - Factoring	794.375,00	1.127.500,00
Clientes no balanço SNC	1.232.766,57	1.327.434,02

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2014	2013
IRC Capitais	0,00	0,00
IRC Prediais	40.935,76	29.685,76
IRC Juros Bancários	93,33	67,11
Pagamento Especial por Conta	9.147,64	11.733,18
Pagamento por Conta	6.901,44	6.130,98
IVA a Recuperar	114.520,96	17.786,69
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	171.599,13	65.403,72

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2014	2013
Caixa	3.148,37	4.508,38
Depósitos imediatamente mobilizáveis	255.549,87	99.353,05
Depósitos a Prazo	2.500,00	102.500,00
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	261.198,24	206.361,43

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2014	2013
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00	900.000,00

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	2014	2013
Reservas legais	356.800,25	356.800,25
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25	356.800,25

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas (Reservas Livres):

	2014	2013
Reservas livres	425.027,06	425.027,06
Outras reservas no balanço SNC	425.027,06	425.027,06

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	2014	2013
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	2014	2013
Resultados Transitados	3 800 917,31	3 783 169,30
Resultados transitados no balanço SNC	3 800 917,31	3 783 169,30

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2014	2013
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00	0,00
CGA e ADSE a pagar	3.593,30	3.411,80
Segurança social a pagar	14.476,84	16.547,77
IRS a pagar	6.641,31	8.065,30
IRC a Pagar	19.224,11	30.804,78
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	43.935,56	58.829,65

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2014	2013
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	178.218,39	202.706,54
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	0,00	32,59
Impostos diferidos	20.731,82	25.668,75
Outras contas a pagar no balanço SNC	198.950,21	228.407,88

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2014	2013
Fornecedores C/C	654.702,29	583.373,74
Fornecedores C/ garantias	193.655,65	209.895,72
Fornecedores C/ Confirming	0,00	0,00
Fornecedores no balanço SNC	848.357,94	793.269,46

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	5.857.688,71	6.256.937,84
Financiamentos obtidos no balanço SNC	5.857.688,71	6.256.937,84
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	100.000,00	272.839,26
Financiamentos obtidos no balanço SNC	100.000,00	272.839,26

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artigos 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Saldos em outras contas a receber</u>		
Câmara Municipal de Mafra	299.142,97	73.211,35
<u>Saldos em contas a pagar</u>		
Câmara Municipal de Mafra	39.820,76	84.801,36

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transacções ocorridas com associadas:

	2014	2013
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	2.838.626,13	2.624.715,19
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	127.556,12	132.116,01

Mafra, 13 de Março de 2015



O Presidente do Conselho de Administração

Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

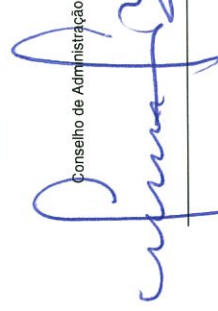
Giatul-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

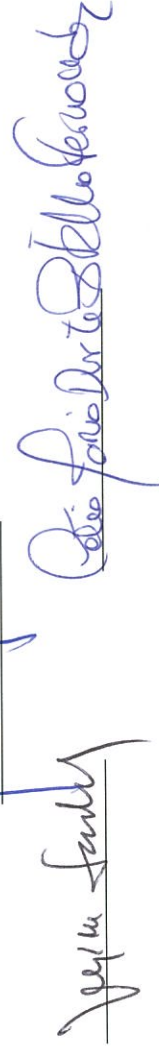
UNIDADE MONETÁRIA: EURO																
DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Interesses minoritários			
			Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014		6	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.783.169,30 €	-6.925,00 €	0,00 €	102.675,02 €	17.748,01 €	5.578.494,64 €	0,00 €	5.578.494,64 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
		7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17.748,01 €	0,00 €	0,00 €	-19.747,71 €	-17.748,01 €	-19.747,71 €	0,00 €	-19.747,71 €
		8														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													71.172,92 €	71.172,92 €		71.172,92 €
RESULTADO INTEGRAL		9=7+8											53.424,91 €	51.425,21 €		51.425,21 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																0,00 €
Realizações de prémios de emissão																0,00 €
Distribuições																0,00 €
Entradas para cobertura de perdas																0,00 €
Outras operações																0,00 €
		10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014		11=6+7+8+10	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.800.917,31 €	-6.925,00 €	0,00 €	82.927,31 €	71.172,92 €	5.629.919,85 €	0,00 €	5.629.919,85 €

Técnico Oficial de Contas nº 67159



NIF 219737428
 Membro Nº 67159


 Conselho de Administração


 Presidente do Conselho de Administração

7 – Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de balanço de 13.288.398 euros e um total de capital próprio de 5.629.920 euros, incluindo um resultado líquido de 71.173 euros, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, vimos chamar à atenção para a seguinte situação:
 - a) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2013 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 13.083.559 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da “Giatul, EM” encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

Relato sobre os requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 16 de Março de 2015

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada com a data de 16 de Março de 2015, com a seguinte ênfase:

a) A “Giatul, EM” detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2013 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 13.083.559 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014. A “Giatul, EM” tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da “Giatul, EM” encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 16 de Março de 2015

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

O Fiscal Único

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167



[Handwritten signature]

– Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

AL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GLATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de balanço de 13.288.398 euros e um total de capital próprio de 5.629.920 euros, incluindo um resultado líquido de 71.173 euros, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, vimos chamar à atenção para a seguinte situação:
 - a) A "Giatul, EM" detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, SA", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2013 a "Mafreduca, SA" apresentou Capitais Próprios negativos em 13.083.559 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014. A "Giatul, EM" tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na "Mafreduca, SA", chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, EM" encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

Relato sobre os requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 16 de Março de 2015

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N° 190

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n° 1167